Evento: XXII Jornada de Pesquisa

A OBRA O CONTINENTE I DE ERICO VERISSIMO E OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO[1]
THE WORK O CONTINENTE I OF ERICO VERISSIMO AND THE GEOGRAPHICALS CONCEPTS: CONTRIBUTIONS FOR THE STUDENT CITIZEN FORMATION

Maristela Maria De Moraes[2], Helena Copetti Callai[3]

[1] Parte da tese de doutorado apresentada na UNIJUÍ/2017
[2] Doutora em Educação nas Ciências ? UNIJUI. Mestre em Educação nas Ciências ? área de concentração Letras ? UNIJUI. Licenciada em Português Literaturas ? UNIJUI. Licencianda em Pedagogia- UNINTER. Professora da Rede Estadual de Ensino
[3] Docente no DHE - Departamento de Humanidades e Educação da UNIJUI -Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na UNIJUI. Pesquisadora do CNPq.

Resumo: Problematizar questões que envolvem o texto literário levando em consideração conceitos geográficos e tendo como foco central o ensino e a formação do aluno é o que se propõe este texto. Trata-se, pois, de parte das questões abordadas na tese de doutorado em que se discutiu as possibilidades de ensino entre Literatura e Geografia com vistas à formação cidadã. Para isso, buscou-se a partir do texto literário, mais precisamente da obra O Continente I de Erico Verissimo e dos conceitos geográficos de identidade territorial, espaço, território, lugar e paisagem pensar em uma proposta interdisciplinar que contribua na formação do aluno.
Palavras-chave: Literatura. Geografia. Cidadania. Ensino.

Abstract: Discussing questions that involve the literary text, considering geographic concepts and with a central aim in the student teaching and formation is the objective of this text. It is part of some questions approach in a doctoral thesis, which dialogues about the possibilities between Literature and Geography teaching for a citizen formation. For this, from a literary text, in special the book “O continente I” of Erico Verissimo, and from geographic concepts of territorial identity, space, territorial, place and landscape to think in an interdisciplinary work that can contribute to the student formation.
Keywords: Literature. Geography. Citizenship. Teaching.

Introdução

Este texto tem como objetivo trabalhar com texto literário e com os conceitos geográficos de Identidade territorial espaço, lugar, território e paisagem como possibilidade de formação Cidadã. Trata-se de parte das questões abordadas na tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – UNIJUI. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, crítico-hermenêutica, Stein (1986), que permitiu interpretar para compreender os fenômenos que resultaram do diálogo entre o texto literário, os conceitos geográficos, as falas dos professores e dos alunos em uma perspectiva de interrogação e transformação. A pesquisa recorreu a fragmentos da obra O Continente I de Erico Verissimo e aos conceitos geográficos já

mencionados. Faz-se importante destacar ainda que para analisar a realidade empírica foram aplicados questionários, com professores da educação básica de Literatura e Geografia e, proposta de atividade realizada por alunos do terceiro ano do Ensino Médio. Trata-se de oito questionários respondidos por professores das disciplinas de Literatura e Geografia que atuam na escola básica, no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Quanto à proposta de atividade, estas foram realizadas com alunos do terceiro (3º) ano do Ensino Médio de duas escolas de educação básica de ensino. Desta forma, esta pesquisa está apoiado nos estudos literários e geográficos, ao mesmo tempo que ligada às questões do ensino, uma vez que defendo que elementos geográficos, já referidos, interferem na significação do texto literário e na compreensão do aluno, de si e do mundo, elementos esses importantes na construção da cidadania.

Cidadania: um processo histórico

Para falarmos de cidadania precisamos, além de procurar entender o significado do termo, também recorrer ao contexto histórico brasileiro para melhor compreendê-la. Todavia, destaco que o objetivo desse texto não é traçar um percurso histórico que compreenda a variação/evolução do termo cidadania, no espaço e no tempo, ainda que muitas vezes possa fazer referência a algum conceito mais antigo. Mas sim, a partir da realidade brasileira, entender qual o significado do termo cidadania e como ela é compreendida na escola, na formação cidadã.

Para isso, primeiramente buscamos entender o que é cidadania e o que ela implica, ou seja, o que é ser cidadão. Desta forma, faz-se necessário termos claro que se trata de um conceito histórico que sofreu variações no tempo e no espaço. Também precisamos considerar o lugar de onde falamos ou ainda o que é ser cidadão no Brasil.

Se retomarmos os conceitos mais antigos, Grécia e Roma, verificaremos, segundo Funari (2015, p. 49), que a cidadania moderna se aproxima mais do conceito romano, uma vez que "cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadão". Assim, se na Grécia primeiro vem a polis, cidade, e depois o cidadão, polites, para Roma o conjunto de cidadãos formavam a coletividade, pois para os romanos ciuitas compreende cidadania, cidade e estado. Todavia, sabemos que a cidadania não abrangia toda a população, ao contrário, ela era privilégios de poucos e foi, por longas décadas, a luta de muitos.

> [...] o sistema democrático ateniense excluía da participação as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Na verdade, o termo cidadania foi criado em meio a um processo de exclusão. Dizer quem era cidadão – ao contrário de hoje, em que supomos se tratar da maioria – era uma maneira de eliminar a possibilidade de a maioria participar, e garantir os privilégios de uma minoria. Admitir o conceito de cidadania como um processo de inclusão total é uma leitura contemporânea (KARNAL, 2015, p. 143-144).

No entanto, em um conceito mais moderno de cidadania, nos baseamos no sociólogo britânico T. H. Marshall (1967) que divide o conceito de cidadania em três partes e alerta que este se dá basicamente pelo viés da história. Essas três partes, o autor chamou de: elemento civil, elemento político e elemento social. O primeiro, elemento civil, "é composto dos direitos necessários à liberdade – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito a propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça" (p. 63). O elemento político refere-se "ao direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo" (p. 63). O elemento social diz respeito "desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade" (p. 63-64).

Esses três elementos, também conhecido atualmente como direitos civis, políticos e sociais, não se formaram ao mesmo tempo, eles se fizeram presente em momentos históricos diferentes . O desenvolvimento de tais direitos teve início com a primeira revolução burguesa, a Revolução Inglesa. O período exigia uma maior consciência das desigualdades a qual prevaleceu por séculos.

Nesse contexto, primeiro vieram os direitos civis no século XVIII, em seguida os direitos políticos no século XIX e por fim os direitos sociais no século XX. Os direitos civis, na Inglaterra, estão relacionados com o status de liberdade reivindicado e conquistado. Carvalho (2015, p. 17) afirma que "foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país". Tratava-se de adicionar um direito ao já existente, pois na Inglaterra do século XVIII todos os homens eram livres. Conquistado esse direito, possibilitou a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista responsável por introduzir, mais tarde os direitos sociais. Já os direitos políticos surgiram quando os direitos civis já estavam adquiridos. No entanto, Marshall (1967) reforça que os direitos políticos eram deficientes, pois considerando que os direitos políticos implicam a participação no governo, na Inglaterra, o direito ao voto era privilégio de alguns grupos. Só mais tarde, no século XX é que o direito ao voto foi ampliado, mas ainda com restrições, uma vez que só aos homens era dado o direito ao voto, às mulheres era negado esse direito. Já os direitos sociais foram lançados no século XIX ainda que lentamente.

Marshall (1967) chama a atenção ainda para um fato interessante e que se refere à educação e implica cidadania. O autor destaca que o direito das crianças à educação não afeta o "status da cidadania" da mesma forma como o direito delas à proteção, por exemplo, ao excesso de trabalho. Todavia, para o autor, trata-se de um engano, pois "a educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania". E acrescenta:

> O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como direito da criança frequentar a escola, mas como direito do cidadão adulto ter sido educado (MARSHALL, 1967, p. 73).

Desta forma, Marshall (1967) destaca o fato de que o direito à educação pública e gratuita,

adquirida no século XIX na Inglaterra, constituiu um grande passo para o desenvolvimento dos direitos sociais dos cidadãos do século XX. Essa afirmação de Marshall (1967) sobre o direito à educação pública e gratuita está diretamente ligada à cidadania e aos direitos sociais e remete ao propósito de abordagem, referido anteriormente, sobre o papel da escola na cidadania e na formação cidadã brasileira. Mas antes de adentrar nessa questão, voltemos à atenção para a cidadania no Brasil.

Ao destacar as ideias de Marshall (1967), não a fazemos como referência única sobre o tema, pois sabemos se tratar de um estudo da cidadania na Inglaterra e reconhecemos que cada país tem sua história referente à cidadania. O caso da Inglaterra nos serve de dado importante principalmente por possibilitar perceber o contraste na ordem em que os direitos foram adquiridos no Brasil, mas trata-se de um caso entre os demais.

Retomando a discussão de como os direitos se desenvolveram no Brasil, Carvalho (2015) afirma que, diferente da sequência inglesa, no Brasil, o direito social precedeu os demais, além de receber mais ênfase. Isso se deve ao percurso histórico brasileiro que influenciou diretamente no processo de construção da cidadania.

Voltando à questão histórica, ao se tornar independente de Portugal em 1822, após três séculos de colonização, o Brasil era considerado um país com unidade territorial, cultural, linguística e religiosa. Todavia, destaco que tal unidade considerava apenas uma parcela da população, pois os índios e os negros não estavam inclusos, uma vez que possuíam cultura, língua e religiosidade próprias.

Por outro lado, assim como os portugueses construíram essa 'unidade' também deixaram "uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira" (CARVALHO, 2015, p. 24). Desta forma, durante séculos o Brasil representou o latifúndio monocultor e escravista. Fatores que retardaram a cidadania no Brasil.

Essa questão histórica, retomada por Carvalho (2015), nos permite discutir as questões referentes à cidadania no Brasil, porém não com um olhar ingênuo, e sim tomando com base um processo histórico que influenciou diretamente na cidadania do povo brasileiro. Desta forma, discutir cidadania no Brasil implica um olhar para o passado que nos permite entender por que temos uma grande ausência de cidadãos. Se nos remetermos à Constituição Federal de 1988, também conhecida como constituição cidadã, perceberemos que somente em 1988 tivemos o primeiro documento que estabelecia elementos para a cidadania. Todavia, temos claro que a carta magna, embora seja uma conquista, por si só não garantiu a cidadania plena. Primeiramente porque o documento representava muito mais que um desejo do que a possibilidade de realização, dado ao real contexto brasileiro.

Ainda no que se refere à cidadania no Brasil, Santos (2015, p. 19) levanta o seguinte questionamento "Quantos habitantes, no Brasil são cidadão? Quantos nem se quer sabem que não são?" E acrescenta que a cidadania, na maioria das vezes, é confundida com o consumismo, fruto da globalização.

Contudo, nos atendo aos dois questionamentos levantados por Santos e, considerando o percurso histórico brasileiro, sabemos tratar de algo que nos instiga a pensar e, antes de discutir cidadania ou ainda de abordá-la como uma das funções da escola, temos que considerar que o Brasil é um país cuja cidadania é 'escassa', e que a maioria da população nem sequer tem consciência de que não é um cidadão. Mas isso, não implica que não a desejemos e desta forma, consideramos que a

escola seja espaço e tempo para a formação de cidadãos.

O texto literário na relação com os conceitos geográficos e as vozes dos professores e alunos

Nesta seção, entrecruzo os conceitos geográficos, a Literatura, por meio da obra O Continente I de Erico Verissimo, no diálogo com as falas dos(as) professores(as) e alunos(as) e a formação cidadã. A seguir, trago os fragmentos da obra O Continente I de Erico Verissimo em diálogo com as muitas vozes, as quais já foram referidas anteriormente.

> Era uma noite fria de lua cheia. As estrelas cintilavam sobre a cidade de Santa Fé, que de tão quieta e deserta parecia um cemitério abandonado. Era tanto o silêncio e tão leve o ar, que se alguém aguçasse o ouvido talvez pudesse até escutar o sereno na solidão [...] (p. 21).

O primeiro fragmento da obra está inserido no capítulo O Sobrado I e inicia com uma descrição da cidade de Santa Fé. O narrador compara-a com um cemitério abandonado dado ao silêncio e a ausência de pessoas nas ruas, uma vez que estavam em guerra. A narrativa se atém à descrição do sobrado onde se encontrava sitiada a família Terra-Cambará e a seguir vai intercalando o capítulo O Sobrado aos demais capítulos da obra. A história é narrada pela personagem Bibiana em estilo flashback.

> Sim, aquela catedral lembrava-lhe a mãe. No verão seu ventre era fresco; mas como eram cálidas no inverno suas entranhas! E no dia em que os inimigos atacassem – e ao pensar nisso os olhos de Alonzo se voltaram de novo para o nascente – a catedral seria uma cidadela invencível [...] (p. 46).

Faz-se importante considerar que a catedral é símbolo importante na região das Missões e faz parte da paisagem missioneira. Tais elementos são importantes e constitutivos da identidade territorial, uma vez que remete o(a) aluno(a) à região das missões conhecida no Rio Grande do Sul, assim como às Ruínas de São Miguel, patrimônio histórico carregado de significados para o povo sul-rio-grandense. Destacar a região das missões como lugar carregado de significados históricos e culturais, implica no desafio de que esse movimento se dê na intenção de permitir aos(as) alunos(as), ao estudar o Rio Grande do Sul, construir significados e compreender a realidade do mundo e não incentivar o ufanismo que aliena e isola o sujeito.

> Alonzo começou a atravessar a praça. Havia no ar um cheiro de névoa batida de sol, e a brisa que lhe chegava às narinas vinha carregada dum suave perfume de macela. Alonzo gostava da paisagem ao redor da redução. Não era trágica como a de certas regiões de Espanha, nem cruel como a dos trópicos. Era pura de linhas e cores – coxilhas verdes recobertas de macegas cor de palha e manchadas aqui e ali dum caponete; por cima de tudo, um céu azul onde não raro boiavam nuvens. Era simples e ingênua, dir-se-ia pintada em aquarela pela mão de uma criança. [...] (p. 53)

Novamente faz-se presente a referência à paisagem. A descrição mistura imagens e cheiros, recorrendo ao uso da metáfora ao referir-se a ela como "ingênua e simples". Essa passagem nos remete ao que discorreu Brandão (2013) quando tratou da representação do espaço e afirmou ser ela uma categoria que faz parte do universo extratextual em que são atribuídas ao espaço características físicas. Nesse sentido, o espaço passa a ser visto como cenário, assim como lugar de pertencimento das personagens, como é possível percebermos na obra. Também nos aproxima de Queiroz (2009) que defende que em muitos casos os cenários são frutos da imaginação relacionados com a vivência do escritor e por isso carregam verossimilhança com determinados lugares da realidade, criando no leitor uma certa "ilusão de conhecimento", como também uma forte identificação territorial. Desta forma, para Haesbaert (1999, p. 172):

> Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.)

Depois daquela noite, a geada de cinco invernos branqueou os telhados da missão; e as pedras avermelhadas de sua catedral fulgiram ao sol de cinco verãos mais ou menos tranquilos. Foram aqueles os tempos de maior prosperidade dos Sete Povos. Conquanto no Continente do Rio Grande de São Pedro espanhóis e portugueses vivessem em contínuas lutas por questões de limites, houve paz nas reduções [...] (p. 62).

A referência temporal que é muito forte em toda obra, aparece marcada no fragmento acima, em que a contagem das estações do ano, neste caso o verão, era usada para precisar o tempo. Como dissemos anteriormente, espaço e tempo são indissociáveis. E neste excerto, é possível trabalharmos ambos os conceitos em sala de aula, pois o tempo está relacionado ao espaço ficcional "Sete Povos" e consequentemente às relações humanas que acontecerem nesse espaço/tempo. No entendimento de Harvey (2012), compreenderíamos este fenômeno com o que autor chamou de espaço relacional em que não há distinção entre espaço e tempo e de que este está sendo construído ao nosso redor, o que implica na maneira como nos relacionamos com o mundo. Na intenção de discorrer um pouco mais sobre o tempo, trazemos as falas dos(as) professores(as), a fim de mostrar como o perceberam na narrativa. Pois, entendo que trazer novos atores para discussão permite que ampliemos o pensamento e enriqueçamos o debate.

> O tempo é marcado em diversos momentos do texto. Um dos símbolos da temporalidade é a mudança de estação do ano, ex: os muitos invernos que tinha atravessado (p. 175). Já para situar a história contada no tempo, ela pode ser percebida pelo contexto político do RS de disputas pelo território (Professor(a) B).
> Tempo histórico de guerra e de espera: "estariam de volta a Santa Fé dentro de três meses com os soldados que tinham sobrado da guerra" (Professor(a) F).

As marcas do tempo, em evidência na narrativa, também são apontadas pelos(as) professores(as), a partir do fragmento da obra O Continente I, que os orientou nas respostas do questionário. A referência às estações do ano é muito recorrente na obra como marca temporal. Outra referência ao tempo, diz respeito ao tempo que duravam as batalhas ou ainda a demora dos soldados para voltar delas, o que nos remetem a espera das mulheres, para quem o tempo passava lentamente.

> O trabalho das estâncias como que nivelava o patrão ao peão e ao escravo. Muitas vezes o estancieiro saía a camperear ombro a ombro com aqueles numa faina igualizadora que oferecia certos perigos, pois criava o risco de negros e caboclos quererem gozar das mesmas prerrogativas que seus senhores. O pe. Lara sabia que todos os homens tinham sido criados à imagem e semelhança do senhor. Mas reconhecia também que, para maior facilidade e eficiência do trabalho dos sacerdotes de Deus na Terra, era necessário que houvesse ordem, um sentido de hierarquia, um escalonamento nítido da sociedade [...] (p. 265

Essas discussões nos possibilitam refletir sobre a cidadania relacionada com a identidade territorial. Que se cidadania se quer? É possível desejar um lugar em que o sujeito seja livre e não dominado por um grupo de pessoas que detém o poder? Como o território está relacionado com o poder? Há lugar para todos (sem exclusões) no território? São questões que podem ser trabalhadas em sala de aula e que permitem ao(a) aluno(a) não somente a compreensão do que seja cidadania, mas também do que seja ser cidadão de fato. No entanto, como destacou Candido (2011, p. 183):

> Sabemos que em literatura uma mensagem ética, política, religiosa ou mais geralmente social só tem eficiência quando for reduzida a estrutura literária, a forma ordenadora. Tais mensagens são válidas como quaisquer outras, e não podem ser proscritas; mas a sua validade depende da forma que lhes dá existência como um certo tipo de objeto.

Desta forma, compreendemos que o texto literário muitas vezes está carregado de questões de cunho social político, religioso entre outros, o que nos possibilita uma imersão na realidade, todavia tais mensagens não devem ser desprendidas do elemento que as liga de maneira a perder seu caráter provocador, que permite ao leitor estabelecer relações e pensar sobre elas.

No que se refere à questão sobre a obra O Continente I, representada pelo fragmento que receberam os(as) professores(as), permitir discutir a possibilidade da identidade territorial como elemento importante na formação do(a) aluno(a), o(a) professor(a) C e D destacaram que:

> Acredito que o texto literário permite a possibilidade da identidade territorial ser elemento importante na formação do aluno, uma vez que as informações contidas no texto contribuem para a compreensão e o entendimento dos motivos do desenrolar da narrativa, observando os elementos referentes ao tempo, espaço e costumes históricos e culturais, extrapolando os conceitos do texto em questão, para outros

> contextos de aprendizagem interligados a diferentes ciências do conhecimento (Professor(a) A).
> Sim, no sentido de compreender que são modos de abordar a espacialidade. Território envolve relações de força e, identidade no singular, pode incorrer em noções excludentes. Por isso, é importante atentar ao tratamento da identidade enquanto possibilidade plural de pertencimento ao território, este, compreendido enquanto mundo/totalidade, com vistas a uma formação escolar emancipadora (Professor(a) D).

Ambos os(as) professores(as) concordam que a identidade territorial pode ser um elemento importante na formação do(a) aluno(a), uma vez possibilitam a compreensão da narrativa, assim como a partir de elementos territoriais (espaço, território, lugar) abre-se possibilidade de outras discussões que estão para além de questões territoriais, mas também sociais e isso implica na formação cidadã do(a) aluno(a). Contudo, o(a) professor(a) (D) chamou a atenção para o cuidado que se deve ter na abordagem da identidade territorial, vez que o território está relacionado com relações de poder. Por isso, faz-se necessário abordá-la de forma plural, sob o risco de torná-la excludente, o que iria contra o objetivo de formação cidadã, pois, se desconsideramos a pluralidade de identidades desconsideramos também o respeito às diferenças, bem como a riqueza territorial e cultural que a pluralidade permite.

> Nenhuma resposta. Só o gemido do vento, o frio e a escuridão. Sob as cobertas d. Bibiana cruza os braços e aperta-os contra o peito. Se ao menos lhe trouxessem um braseiro para botar debaixo da cama... ou lhe dessem um chimarrão bem quente... Encolhida de frio e de medo, ela começa a rezar automaticamente. No meio da oração perde-se, esquece as palavras, mas aos poucos se vai lembrando das outras coisas. O Sobrado cercado... a revolução... o parto de Alice... Teria nascido a criança? Menino ou menina? Onde estão todos? Por que não vem me contar nada? Nunca ninguém me conta nada. Valéria! Curgo! Rodrigo! Toríbio! Nada. Ninguém. Só o silencio do casarão, o vento nas vidraças e o tempo passando... [...] (p. 100).

Nesse excerto, poderíamos citar dois elementos presentes na cultura gaúcha, o braseiro, usado antigamente para aquecer no inverno e o chimarrão. Esses elementos também foram referidos pelos(as) alunos(as) quando realizada atividade que envolvia o texto literário e os conceitos geográficos. Perguntados sobre se era possível identificar elementos culturais na obra e se era possível relacionar esses elementos com sua identidade (lugar em que vive, costumes e tradições) surgiram as seguintes respostas:

> Os elementos culturais no texto têm a ver com as tradições gaúchas como, cantigas, prosas, ranchos, etc. É possível identificá-los através das citações no texto. Sim, o texto cita as cantigas gauchescas e a tradição de tomar chimarrão e isto faz parte da minha cultura desde a infância (Aluno(a) A).
> Um dos elementos que me chamou a atenção foi o chimarrão que naquele tempo já era uma tradição, assim como a música (Aluno(a) G).
> No texto tem muitos contos que ainda existem em nosso cotidiano como as cidades

> faladas no texto, além do gaúcho usar vestimenta, carregar armas típicas da guerra que aconteceram para a posse das terras (Aluno(a) D).

Emergiram das respostas dos(as) alunos(as) a referência aos elementos culturais presente no fragmento e que, segundo eles, podem ser relacionados com os costumes atuais. O chimarrão foi mencionado com maior recorrência, assim como a vestimenta, as cantigas e os ranchos, comuns na época, e que nos remetem à cultura gaúcha. Tratam-se, pois, de elementos culturais e territoriais que permitem, na maioria das vezes, que o(a) aluno(a) reconheça traços de sua identidade. Desta forma, é possível inferirmos que a desterritorialização estaria mais voltada para um mito (HAESBAERT, 2009) do que para uma constatação. E ainda poderíamos destacar, a partir das repostas dos(as) alunos(as), que o pessoal se sobrepõe ao impessoal, e o local influencia significativamente para manter tais características.

Entretanto, embora o "conhecimento local" possa não ser da mesma ordem que outrora, o peneiramento do conhecimento e da habilidade da vida cotidiana não é um processo de mão-única. Tampouco são os indivíduos em contextos modernos menos conhecedores de seus meios locais que seus congêneres nas culturas pré-modernas (GIDDENS, 1991, p. 129).

> Ana Terra descia a coxilha no alto da qual ficava o racho da estância, e dirigia-se para sanga, equilibrando sobre a cabeça uma cesta cheia de roupa suja, e pensando no que a mãe sempre lhe dizia: "Quem carrega peso na cabeça fica papudo". Ela não queria ficar papuda. Tinha vinte e cinco anos e ainda esperava casar. Não que sentisse falta de homem, mas acontecia que casando poderia ao menos ter alguma esperança de sair daquele cafundó, ir morar no Rio Pardo, em Viamão ou até mesmo voltar para a Capitania de São Paulo, onde nascera. Ali na estância a vida era triste e dura. Moravam num rancho de paredes de taquaruçu e barro, coberto de palha e com chão de terra batida. Em certas noites Ana ficava acordada debaixo das cobertas, escutando o vento, eterno viajante que passava pela estância gemendo ou assobiando, mas nunca apeava do seu cavalo; o mais que podia fazer era gritar um "Ó de casa!" e continuar seu caminho campo em fora [...] (p. 102).

Nessa passagem temos elementos que caracterizam a região sul tais como: coxilha , estância, rancho, cavalo. Todos fazem parte da cultura gaúcha e nos permitem identificá-los, por estarem presentes na nossa região. Quando destacamos tais elementos o fazemos na intenção de mostrar que é possível, em um estudo da obra literária em sala de aula, permitir que o(a) aluno(a) reconheça traços de sua cultura e do território. Todavia, destacamos que isso não implica que a consideramos melhor que outras culturas, mas entendemos que na medida em que o(a) aluno(a) se identifica com o texto, com aproximações culturais e territoriais sente-se instigado à leitura e interpretação, o que permite que se torne um leitor de Literatura. Influenciando assim também sua formação cidadã. Isso nos remete à função da escola.

Naturalmente, neste contexto, a escola detém um papel de suma importância para a formação cidadã, vez que cabe a ela incutir nos educandos noções sobre direitos e deveres, ordem estatal e civil, assim como sobre as leis civis e estatais sob as quais está organizada a sociedade. É nela também que o cidadão inicia a exercitar a tolerância quanto à diversidade, passa a desenvolver sua virtude cívica e a temperar o fundamentalismo e o egoísmo (CALLAI; ZENI, 2011, p. 71).

> Ana sentiu que lhe erguiam o vestido. Abriu a boca e preparou-se para morder a primeira cara que se aproximasse da sua. Um homem caiu sobre ela. Num relâmpago Ana pensou em Pedro, um relinchar de cigarra atravessou-lhe a mente e entrou-lhe, agudo e sólido, pelas entranhas. Ela soltou um grito, fez um esforço para se erguer, mas não conseguiu. O homem resfolgava, o suor de seu rosto pingava no de Ana, que lhe cuspia nas faces, procurando ao mesmo tempo mordê-lo. (Por que Deus não me mata?) Veio outro homem. E outro. E outro. E ainda outro. Ana já não resistia mais. Tinha a impressão de que lhe metiam adagas no ventre. Por fim perdeu os sentidos. [...] (p. 157).

Essa passagem refere-se ao estupro sofrido pela personagem Ana Terra. Esse fato mexe muito com as emoções do leitor, pois se trata da violação, em um mesmo ato, de direitos caros ao ser humano, a vida, a liberdade, a autonomia, direitos civis indispensáveis ao indivíduo. De acordo com Marshall (1967), os direitos civis são considerados básicos e constituem a cidadania do sujeito.

> A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 84).

O fragmento, além de nos remeter à cidadania, também nos possibilita discutir sobre os direitos das mulheres. No entendimento de Colling (2014, p. 12). “A história das mulheres é uma história recente. Elas não poderiam escrever suas experiências se estivessem englobadas em um sujeito único universal, masculino. Tradicionalmente a mulher tem sido ignorada, excluída como objeto histórico”. Ana Terra representa na obra essa exclusão da mulher, em que muito mais que ignoradas elas eram também desrespeitadas pela sociedade que as colocava em uma condição de inferioridade. A personagem rompe com alguns desses preconceitos, porém isso não implica que sejam reconhecidos e extintos, trata-se muito mais de uma consciência de sua situação e do desejo de transcendê-los do que conquistas de gênero, conforme podemos perceber no enunciado do(a) professor(a) B. “A própria questão de gênero tão forte e marcada pela Ana Terra, tão destemida, mas que “tinha os olhos postos no chão” (p. 178), intimidada pela figura forte do estancieiro, que personifica o homem conservador (e machista) da época”.

Considerações finais

Esta reflexão é resultado de uma tese de doutorado que teve como tema central o texto literário e os conceitos geográficos na formação cidadã do aluno. Para isso, buscou-se primeiramente discutir sobre cidadania e em seguida traçar um diálogo entre o texto literário, os conceitos geográficos e as vozes dos professores e alunos.

A partir das análises foi possível inferir que a identidade territorial, aliada aos demais conceitos, é um elemento presente na obra em estudo, o que possibilita uma maior compreensão

do texto literário, da mesma forma que, trabalhada em um entendimento de pluralidade, permite ao aluno desenvolver o pensamento crítico diante de temas sociais implicando na formação e exercício de sua cidadania.

A Literatura e a Geografia mostraram-se um campo fértil de possibilidades em que prevaleceu a preocupação com um ensino não fragmentado, que permita que o aluno construa seu conhecimento sem desconsiderar o mundo da vida. Compreende-se, assim, que o desafio consiste em pensar possibilidades para que o aluno compreenda a sua realidade e torne-se um sujeito autônomo e crítico diante do mundo.

Referências

BRANDÃO, L. A. Teorias do espaço literário. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CALLAI, H. C.; ZENI, B. S. Importância do lugar: construindo cidadania na fábula perversa do globalitarismo de Milton Santos. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, 2011.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. Vários escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais. Mato Grosso do Sul.: Ufgd, 2014

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). História da cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, D. La geografia como oportunidade política de resistência y construcción de alternativas. Revista de Geografia Espacios, v. 2, n. 4, p. 9-26, 2012.

KARNAL, L. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). História da cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARSHALL, T. M. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

QUEIROZ, A. I. A paisagem de terras do Demo. Lisboa: Esfera do Caos, 2009. (Coleção Gulbenkian Ambiente).

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2015.

STEIN, E. Crítica da ideologia e racionalidade. Porto Alegre: Movimento, 1986.

SUERTEGARAY, D. M. A.; ROSSATO, M. S. Feições do Sul do Brasil. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; ROSSATO, M. S. (org.). Brasil feições ilustradas. Porto Alegre: Imprensa Livre e Compasso, 2014.

VERISSIMO, E. O Tempo e o Vento: O Continente I. São Paulo: Globo, 2005.